

O problema do “poder”: implicações metacríticas da aetonormatividade para a pesquisa em literatura infantil e juvenil

The Problem of ‘Power’: Metacritical Implications of Aetonormativity for Children’s Literature Research

Célia Maria Guimarães
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
celiamag@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8494-6084>

Clémentine Beauvais
Universidade de York
clementine.beauvais@york.ac.uk
<https://orcid.org/0000-0002-5854-4866>

RESUMO

Este artigo toma como ponto de partida o conceito de aetonormatividade (a normatividade adulta pertinente ao discurso da literatura infantil e juvenil), cunhado por Maria Nikolajeva (2010), na tentativa de unificar as teorias da crítica da literatura infantil e juvenil, cada vez mais orientadas para o poder nas últimas décadas. Reconhecendo a utilidade deste conceito, mas cautelosa com o fato de que ele poderia implicar uma transferência fácil da teoria do poder “adulto” para o estudo da literatura infantil e juvenil, argumento que um sistema de crítica da literatura infantil e juvenil centrado na aetonormatividade precisa crucialmente reconceitualizar a noção de “poder” que está no seu cerne. Qualquer ligação automática entre a normatividade adulta e o “poder” adulto seria, portanto, questionada e criticada. Proponho uma primeira divisão conceitual de “poder” em “autoridade” e “capacidade”, e uma consequente redistribuição desses dois conceitos para as partes adulto e criança/jovem no livro infantil ou juvenil. Em seguida, investigo as implicações críticas e metacríticas de uma sutileza crescente no uso e tratamento do conceito de poder quando nos referirmos ao complexo meio do texto infantil ou juvenil, no quadro teórico de uma crítica da literatura infantil e juvenil centrada na aetonormatividade.

Palavras-chave: aetonormatividade; metacrítica; poder; autoridade; literatura infantil e juvenil.

ABSTRACT

This article takes as its starting point the concept of aetonormativity (the adult normativity germane to the discourse of children's literature), coined by Maria Nikolajeva (2010) in an attempt to unify the increasingly power-oriented theories of children's literature criticism within the past few decades. Acknowledging the usefulness of this concept, but wary of the fact that it could imply an easy transference of "adult" power theory to the study of children's literature, I argue that an aetonormativity-centred system of children's literature criticism crucially needs to reconceptualise the notion of "power" which lies at its heart. Any automatic connection between adult normativity and adult "power" would thus be questioned and critiqued. I propose a first conceptual split of "power" into "authority" and "might", and a consequent redistribution of these two concepts to the adult and child parties in the children's book. I then investigate the critical and metacritical implications, within the framework of an aetonormativity-centred criticism of children's literature, of an increased subtlety in the use and handling of the concept of power when referring to the complex medium of the children's text.

Keywords: aetonormativity; metacriticism; power; authority; children's literature.

INTRODUÇÃO

A cunhagem do termo "aetonormatividade", o reconhecimento de uma "normatividade adulta que governa a forma como a literatura infantil e juvenil foi modelada desde o seu surgimento até os dias atuais", por Maria Nikolajeva (2010, p. 8), condensa em um simples axioma as décadas de crítica da literatura infantil e juvenil subsequentes a Jacqueline Rose (1984). Afirmando a normatividade relacionada com a idade como a característica essencial do texto infantil ou juvenil, o conceito inclui um paradigma teórico com implicações críticas e metacríticas de longo alcance. Em primeiro lugar, indiretamente, opõe-se à forma como os textos infantis e juvenis são frequentemente confiscados pela crítica literária "adulta", independentemente de os "enobrecer" ou não no processo. Afirma delicadamente que os críticos têm a responsabilidade de reconhecer que a poética do livro infantil ou juvenil é inseparável (por mais que isso possa parecer um truísmo) da problemática contemplação da criança ou jovem pelo adulto; o conceito de aetonormatividade destaca essas especificidades irreduzíveis da nossa disciplina. Implica também uma depreciação latente dos estudos míopes que, omitindo o reconhecimento das crianças e jovens e dos adultos na imagem, ficam obcecados pelas minúcias do pano de fundo. Contudo, com o reconhecimento gradual da aetonormatividade como seu centro de gravidade, os estudos críticos da

literatura infantil e juvenil deveriam tornar-se mais orbitais, capazes de explorar a curta ou longa distância, as múltiplas dimensões do meio, sempre conscientes do que lhes confere movimento, escopo e velocidade.

O conceito de Nikolajeva sintetiza as conclusões das obras mais proeminentes da crítica da literatura infantil e juvenil pós-roseana: aquelas que discutem suas dimensões ideológicas (e.g. Sutherland, 1985; Hollindale, 1988; Hunt, 1991; Stephens, 1992; Sarland, 2005), seus aspectos narratológicos (McGillis, 1996; Trites, 2000; Nodelman, 2008; Tatar, 2009; Nikolajeva, 2010), sua estética (Shavit, 1986; Lesnik-Oberstein, 1994) e sua história (Zornado, 2001; Zipes, 2001). O livro infantil ou juvenil apresenta representações da relação adulto/criança-jovem do ponto de vista do adulto. Assim, reforça eficazmente tanto a hegemonia da idade adulta como a outridade da infância e juventude de diversas formas opressivas, afetando múltiplos aspectos da sua coexistência. O conceito de aetonormatividade resume esse acordo crítico – variando desde aqueles que denunciam mais firmemente o “poder” adulto sobre crianças e jovens, como Nikolajeva ou Roberta Seelinger Trites, até as vozes mais moderadas, como David Rudd – e, evidentemente, ancora o discurso da literatura infantil e juvenil dentro do campo mais amplo da teoria do poder.

Mas a garantia de ter à nossa disposição este ponto de ancoragem conceitual não deve esconder os problemas metacríticos que poderiam surgir do uso indevido do termo. Esses são, nomeadamente, a incômoda transferibilidade da teoria do poder “adulto” para o estudo das produções culturais para crianças e jovens e, conseqüentemente, a necessidade crucial de examinar o conceito de “poder” de acordo com eixos cuidadosamente delineados quando se trata do assunto estética e poética particulares do livro infantil e juvenil. Este artigo, embora não rejeite de forma alguma o conceito de aetonormatividade – na verdade, endossa-o como um desenvolvimento teórico muito útil no nosso campo – procura investigar as conseqüências potenciais a que uma normalização gradual da sua utilização poderia levar. Este questionamento, que emerge da minha própria investigação sobre obras de literatura infantil e juvenil politicamente comprometidas, leva-me a sugerir que necessitamos de uma definição mais matizada de “poder” na crítica da literatura infantil e juvenil. Precisamos explorar, em suma, o funcionamento global do sistema centrado na aetonormatividade dentro do qual a crítica da literatura infantil e juvenil tem se reorganizado.

A IMPOSSIBILIDADE DE UMA TEORIA DO PODER ESPECÍFICA DA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

A literatura infantil não utiliza apenas valores aetonormativos: esses valores são a razão de sua existência. Como argumenta Perry Nodelman: “Não existiria literatura infantil [...] se os adultos não acreditassem que as crianças e jovens são suficientemente diferentes dos adultos para necessitarem de um grupo especial de livros e imaginarem uma categoria para os conter.” (2008, p. 139; ver também Vallone (2009) para uma explicação histórica deste argumento). O livro infantil ou juvenil, nascido da normatividade adulta, perpetua ainda mais essa normatividade. O adulto oculto de Nodelman, o inculcador opressivo (mas profundamente inseguro) de valores normativos no cerne do livro infantil e juvenil, orquestra uma forma de produção cultural que assegura aos seus produtores que eles são realmente adultos, instruindo os seus destinatários sobre a melhor maneira de serem crianças e jovens. Isto tem o efeito colateral de apresentar falsamente essas normas adultas como pacificamente fixas; contida no conceito de aetonormatividade está a assunção de que o discurso didático no cerne do livro infantil e juvenil solidifica essas “normas”. O aparente auto distanciamento de Nodelman do restante dos “adultos” e sua cuidadosa transmissão de incerteza em relação à posição dos outros adultos – “acredito”, “imagino” – sugerem um desejo de apresentar o trabalho do crítico da literatura infantil e juvenil como denunciatório e potencialmente subversivo. Ele, Nodelman, detectou como a literatura infantil e juvenil, na forma e no conteúdo, aliena e manipula a criança; e por causa desta visão ele, Nodelman, não é exatamente o mesmo adulto que aquele que acredita que as crianças ou jovens são diferentes dos adultos. Quanto a Nikolajeva, ela se reconcilia com a inelutabilidade da aetonormatividade na relação entre adultos e crianças/jovens, mesmo por parte do crítico de literatura infantil e juvenil – e nos lembra que “as crianças/jovens de ontem crescem e se tornam elas próprias opressoras” (2010, p. 9).

Da tergiversação ao reconhecimento, essas afirmações lançam luz sobre a posição desconfortável do estudioso adulto de textos infantis e juvenis em relação à denúncia de um preconceito sociocultural ou historicamente engendrado contra o encapsulamento de “crianças/jovens” dentro da mesma categoria de humanidade que “adultos”. É incômodo, porque a existência e a “missão” do crítico de literatura infantil e juvenil dependem, claro,

da existência da ficção infantil e juvenil. Então a aetonormatividade da primeira não condena a segunda a ser igualmente aetonormativa? Se houvesse realmente uma transferência fácil da teoria de poder “adulto” para a crítica da literatura infantil e juvenil, a questão poderia ser facilmente respondida: o conceito abriria uma esfera libertadora de discurso crítico em que a “norma” hegemônica e opressiva, explorada e exposta, desapareceria. A heteronormatividade, o modelo linguístico de Nikolajeva para a aetonormatividade, explica, quando usado criticamente, tanto o problema quanto a sua solução. É conquista dos oprimidos nos pensamentos feminista, queer e pós-colonial ter penetrado no discurso dominante, integrado os seus códigos e desconstruído as suas estratégias, para melhor o minar. Mas a criança e o jovem, é claro, não têm voz na denúncia de uma hegemonia adulta: o discurso crítico adulto que lamenta a outridade da infância e juventude é ainda mais impenetrável para essas crianças e jovens do que os textos que, possivelmente, perpetuam a sua outridade. Pode não haver criança ou jovem possível na literatura infantil, como Rose argumentou provocativamente, mas pelo menos o livro infantil ou juvenil é lido por crianças e jovens reais; a crítica da literatura infantil e juvenil, por outro lado, está condenada a permanecer absolutamente desabitada por crianças e jovens. Pode alguma vez haver uma denúncia violadora das normas da aetonormatividade – como tem havido de outros conceitos, como a heteronormatividade, o orientalismo e o patriarcado – quando a criança/jovem real nunca consegue armar-se com uma voz?

Possivelmente, poderia. Os ecocríticos politizados e os pós-humanistas interessados na representação dos animais falam em nome de “vítimas” igualmente sem voz. No entanto, crianças/jovens e adultos estão separados não por convenções socioculturais e históricas, mas apenas pela temporalidade: as suas diferenças não são de natureza ou estatuto, mas dependem apenas da passagem do tempo. É uma distinção única e incomparável visto que inclui uma certeza universalmente partilhada de ser um e depois o outro. Colocar a aetonormatividade no cerne de um esforço intelectual integralmente dominado por adultos leva à necessidade paradoxal de deplorar a atual hegemonia normativa contra a “outridade” passada. A aetonormatividade pode não ser um crime sem vítimas, mas é um crime que é coletivamente perpetrado e reparado pelo crescimento. Deplorá-lo é um ato de indignação crítica contra todos: contra os pais, contra si mesmo e contra os filhos. Até que o tempo possa ser congelado e às crianças e jovens de hoje seja

garantido que elas nunca crescerão, a teoria da literatura infantil e juvenil, mesmo usando a aetonormatividade como diretriz conceitual, nunca poderá ser verdadeiramente uma teoria de poder no uso convencional do termo na crítica literária “adulta”.

Contudo, se não é realmente uma teoria de poder, é certamente uma teoria sobre o poder: o poder limitado no tempo, perdido e encontrado, reforçado e transgredido. Ou, pelo menos, *potencialmente* transgredido. A literatura infantil, admite Nikolajeva, “tem o potencial de questionar os adultos como norma” (2010, p. 11, ênfase original) e a crítica da literatura infantil, se lermos nas entrelinhas, tem a responsabilidade de ajudar a cumprir esse potencial, destacando e analisando os exemplos que mais violam as normas e suas estratégias narrativas. É certo que muitas vezes se argumenta que isso acontece apenas temporariamente, através de meios carnavalescos, como mostra o famoso estudo de Trites (2000) sobre o romance adolescente.

No entanto, que possa haver a possibilidade de práticas discursivas contra hegemônicas na literatura infantil e juvenil é, eu diria, um pressuposto necessário do modelo centrado na aetonormatividade, para evitar que a nossa prática crítica, por assim dizer, seque em repetições inelutáveis da mesma conclusão. Explorações da literatura infantil ou juvenil “radical”, em particular, como a de Kimberley Reynolds (2007) ou a de Julia L. Mickenberg e Philip Nel (2008), sugerem que o potencial transformador ou transgressor da literatura infantil e juvenil no mundo não é uma quimera. Mas, para que esta possibilidade seja pensada, como se tornou evidente para mim quando comecei a analisar exemplos radicais de literatura infantil e juvenil que encorajam o leitor infantil e juvenil a modificar e melhorar as configurações sociopolíticas do mundo, é necessário postular que a parte “adulto” no livro infantil ou juvenil pode não ser a única ou mesmo a principal detentora do poder. Não pode haver justificativa lógica para a existência do discurso da literatura infantil e juvenil se assumirmos – como tendemos a fazer atualmente – que a criança ou o jovem é sistematicamente a parte impotente. Proponho que a literatura infantil articula de fato uma relação adulto-criança/jovem marcada por dinâmicas de poder dentro e fora do livro; mas que estas dinâmicas são de uma sofisticação que impede qualquer atribuição fácil de “empoderamento” ou “desempoderamento” a uma ou outra parte. Os diferentes aspectos do vago conceito de *poder* devem ser definidos, refinados e redistribuídos entre as duas figuras da transação que está no cerne do livro infantil ou juvenil. O adulto, mesmo quando didático, não deve

necessariamente ser visto como poderoso; a figura da criança ou do jovem, mesmo quando reificada como tela de projeção dos desejos adultos, não é automaticamente privada de potência. O paradigma aetonormativo, tal como o vejo, necessita, portanto, de um ajuste mais matizado e ele começa com uma reconceitualização completa da palavra que está verdadeiramente no centro das suas preocupações: poder.

“A IMPORTÂNCIA DE FAZER DISTINÇÕES”: DIVIDINDO O “PODER”

Embora existam muitos ângulos para abordar o meio, um paradigma teórico proeminente na crítica da literatura infantil e juvenil contemporânea gira em torno do conceito essencial de poder. Porém, apesar da onipresença deste termo, ele é quase nunca precisamente explorado e definido. Pelo contrário, é utilizado como uma chave abrangente para desvendar o significado do texto e da imagem do meio como um conflito inelutável entre adultos e crianças/jovens, em níveis simbólicos e literais, e sistematicamente em benefício do primeiro. O uso da palavra por Murray Knowles e Kirsten Malmkjær é um exemplo eloquente dessa imprecisão conceitual: “Apesar do *poderoso* domínio emocional que as crianças/jovens exercem sobre os pais, geralmente acontece que os adultos [...] são mais *poderosos* do que as crianças/jovens social, econômica e fisicamente” (1996, p. 43, minha ênfase), deixando o leitor intrigado sobre qual poder é mais poderoso. De *O poder da página* (*The Power of the Page*) (1993), de Pat Pinsent, e *Poder e repressão na literatura adolescente* (*Power and Repression in Adolescent Literature*) (2000), de Trites, até *Caçadores encantados: o poder das histórias na infância* (*Enchanted Hunters: The Power of Stories in Childhood*) (2009), de Maria Tatar, e *Poder, voz e subjetividade na literatura para jovens leitores* (*Power, Voice and Subjectivity in Literature for Young Readers*) (2010), de Nikolajeva, a palavra raramente é usada com o mesmo significado. Enquanto o poder adulto de Nikolajeva é opressivo, o de Trites é repressivo; enquanto o poder de Tatar é uma mistura ambígua de manipulação e prazer de leitura, o de Pinsent é estético e celebratório. Todos concordam, porém, que é o adulto, tanto dentro quanto fora do livro infantil ou juvenil, o principal “detentor do poder”. A questão reside no conceito de poder, problemático, carregado de valores e de uma abundância cacofônica de significados divergentes. Usar o termo “poder” para afirmar a posição do adulto sobre a da criança, ou jovem, rapidamente se torna um mantra que se auto reforça, fazendo com que se perca a vontade ou a capacidade de desempacotar os muitos significantes diferentes desta palavra ambígua, o que poderia, na verdade, render muito mais

valor para a criança e o jovem do que se pensava anteriormente. Discutir poderes, e não poder, ajuda a extrair do termo seus significados complexos e múltiplos. E, da mesma forma, explorar a aetonormatividade na literatura infantil como a normatização de apenas alguns “poderes” adultos cuidadosamente identificados, poderia levar a um modelo mais complexo do binário normalização/outrificação, desenvolvido na literatura.

Hannah Arendt justifica a sua análise conceitual detalhada dos poderes, em “O que é autoridade?”, apelando à “importância de se fazerem distinções”. Perdemos, argumenta ela, a capacidade de perceber diferenças conceituais essenciais entre *tiranía*, *autoridade*, *totalitarismo* ou *ditadura*, fazendo que “o escritor liberal” assuma que “todo poder corrompe” (1960, p. 97). Esta impressão, diz ela, é falha, baseada na falta de análise crítica no nível da palavra. E este esforço frouxo de definição também é perigoso, porque confere ao tirano, ao ditador e ao chefe de um Estado autoritário uma forma semelhante de (i)legitimidade política. Eu argumentaria que isso é basicamente o que está acontecendo na crítica da literatura infantil e juvenil. Encontramos, espalhadas por artigos e livros, derivações cada vez mais ameaçadoras do conceito de poder: o adulto, dizemos, é “repressivo” (Nodelman, 1994, p. 178), “colonialista” (Nodelman, 2008, p. 168), “outrizante” (Nikolajeva, 2010, *passim*), “domina[dor]” (Knowles e Malmkjær, 1996, p. 44), ou criador de um “público subserviente” (Hunt, 1992, p. 6), “controlado e formado” pelo didatismo (Lesnik-Oberstein, 1994, p. 38) – para não mencionar a representação colorida e apocalíptica de Joseph Zornado (2001) do “abuso” de adultos contra crianças e jovens. Um retorno à “importância de fazer distinções”, de Arendt, é necessário para reforçar a definição de poder, fazendo emergir a sua multiplicidade e potencialmente redistribuindo-o para as partes adulto e criança/jovem na troca específica da literatura infantil e juvenil.

A etimologia de *poder* indica simplesmente a capacidade de fazer algo. Mas uma breve reflexão sobre os diferentes significantes contidos no nosso entendimento comum da palavra produz uma lista assustadora. Poder pode significar autoridade, habilidade, dominação, força, impacto, influência, potencial, importância, destaque, superioridade, energia e muito mais. Atribuir tudo isso indiscriminadamente ao adulto na relação criança-jovem/adulto delineada nos livros infantis e juvenis rapidamente se torna insustentável. Um termo guarda-chuva duvidosamente usado em demasia, o *poder* tem

de ser explicado e dissecado. Especificamente relevantes para a crítica da literatura infantil são as compreensões do conceito, as quais são apresentadas a seguir.

Autoridade

A autoridade distingue-se do poder porque não é uma indicação da possibilidade de alguém agir. Em vez disso, a autoridade encapsula um conjunto de propriedades por vezes numinosas de uma pessoa ou instituição que lhe permite aconselhar, influenciar ou ordenar, a partir de uma posição que todas as partes aceitam ser de alguma forma legítima. Max Weber explora esta relação com referência às estruturas sociais e políticas em *Economia e Sociedade* (1968). A sua distinção entre força (*Macht*) e autoridade (*Herrschaft*, para a qual o tradutor inglês alterna entre dominação (*domination*) e autoridade (*authority*), e sugere liderança (*leadership* como um possível candidato)) é a que se apresenta a seguir. O poder indica a probabilidade de um agente social estar “em posição de realizar a sua própria vontade apesar da resistência” (1968, p. 53). É provável que nas sociedades democráticas contemporâneas uma compreensão tão vasta de “poder” seja quase inexistente em um nível macrocósmico. A autoridade, pelo contrário, é uma forma particular de poder que ocorre quando um agente social é dotado de um atributo por meio do qual é provável que o seu “comando de um determinado conteúdo específico seja obedecido por um determinado grupo de pessoas” (ibid.). A disciplina (*discipline*) é um atributo do grupo de pessoas que indica seu grau de obediência.

Fica claro a partir desta distinção que enquanto o “poder”, em toda a sua formidável imprecisão, é centralizado, a “autoridade” está espalhada vertical e horizontalmente por toda a estrutura de uma sociedade: a autoridade da Rainha, a autoridade de Albert Einstein e a autoridade do professor não estão em concorrência direta entre si e são realizadas em contextos restritos e sob circunstâncias específicas. Ainda mais importante, a autoridade tem um elemento de legitimidade. Como observa Weber, é exclusiva de muitos outros modos de “poder” e “influência”, porque requer “conformidade voluntária” e “interesse” em obedecer ao comando (p. 212). Este requisito constrói uma relação social ou política baseada em um grau de acordo mútuo, que por si só se baseia em uma crença na legitimidade. Essa crença é a variável que condicionará o *tipo* de autoridade a que alguém se submete.

Weber distingue três tipos de autoridade legítima: legal, tradicional e carismática. Embora todos eles sejam relevantes para a compreensão da autoridade na educação e na literatura infantil e juvenil, vale a pena focar aqui as raízes da autoridade tradicional, que Weber localiza na gerontocracia e no patriarcalismo primário, nomeadamente antigas ordens de pequenas comunidades em que a autoridade aumenta com a idade enquanto se baseia em um acordo antidiluviano com os jovens da família de que eles devem demonstrar alguma forma de disciplina. Weber observa, e destaca (p. 231), que isso não transforma os jovens em *sujeitos*, no sentido de serem “jogados sob” a figura de autoridade. A autoridade tradicional “deve definitivamente ser exercida como um direito conjunto no interesse de todos os membros e, portanto, não é livremente apropriada pelos incumbentes” (ibid.).

Delimitar a nossa compreensão ampla de “poder” ao conceito de “autoridade” é, eu argumentaria, um experimento mental importante para a nossa visão da literatura infantil e juvenil, porque nos força a considerar que a nossa compreensão do “poder” adulto nesse meio pode, na verdade, ser mais limitada e mais legítima do que alguns argumentam atualmente. Voltando à análise minuciosa do conceito feita por Arendt, encontramos mais razões para desconfiar de todas as amálgamas fáceis entre “autoridade” e uma visão mais ampla e mais conflitante de “poder”. Ligando o conceito ao pensamento grego e romano antigo, Arendt sublinha a questão de a autoridade ser incompatível tanto com a *persuasão* quanto com a *força*: a autoridade nada mais é do que uma relação hierárquica estável que encontra a sua legitimidade em si mesma, isto é, no reconhecimento por ambas as partes de que cada um encontra nessa relação uma vantagem (Arendt, 1960, p. 93). Ao contrário da tirania e do totalitarismo, a autoridade não exclui a liberdade. Não é uma relação senhor/escravo e, de acordo com a sua etimologia, o seu papel na cidade é aumentar, através do conhecimento e da experiência, os trabalhos e os empreendimentos dos mais jovens. Tal como Weber, e essa é uma questão essencial na exploração do “poder” adulto na literatura infantil e juvenil, Arendt reconhece que a autoridade reside nos mais velhos e aumenta com a idade.

É importante ressaltar que Arendt denuncia uma tendência demagógica na filosofia educacional que assimila indiscriminadamente autoridade ao “poder” na relação pedagógica. Ela se refere à criação dos filhos como uma relação “entre pessoas que são

potencialmente iguais” (p. 118). Vale a pena citar na íntegra o desenvolvimento deste argumento num outro ensaio, “A Crise na Educação”:

Essa responsabilidade [pela educação] não é imposta arbitrariamente aos educadores: está implícita no fato de que os jovens são introduzidos pelos adultos num mundo em constante mudança. Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade conjunta pelo mundo não deve ter filhos e não deve ter permissão para participar da sua educação. Na educação, essa responsabilidade pelo mundo toma a forma de autoridade [...].

Crianças/jovens não podem jogar fora a autoridade educativa, como se estivessem numa posição de opressão por parte de uma maioria adulta – embora até este absurdo de tratar crianças como uma minoria oprimida e necessitada de libertação tenha sido realmente experimentado na prática educativa moderna (1960, p. 189-190).

Arendt, é claro, fala aqui do ponto de vista de uma educadora conservadora, mas encontramos denunciados no seu discurso os termos fortes que recorrem na crítica contemporânea da literatura infantil e juvenil inspirada na teoria do poder em relação às crianças/jovens: *opressão e libertação*; enquanto o “poder” do adulto, como ela o vê, está restrito a uma forma de “responsabilidade” da qual deriva a “autoridade”.

A autoridade é, eu argumentaria, o aspecto mais relevante do conceito vago de “poder” que poderíamos atribuir, como críticos de literatura infantil e juvenil, ao adulto físico e simbólico no texto infantil e juvenil. Convenientemente, é claro, o termo também é primo em primeiro grau de “autoria”. A autoridade tem três características específicas relevantes para a literatura infantil e juvenil, se aceitarmos que é de fato isso que queremos dizer com “poder adulto”. Em primeiro lugar, é, até certo ponto, legítima. Em segundo lugar, não impede a liberdade de nenhum dos lados da relação. Em terceiro lugar, e de forma crítica, é tradicionalmente aumentada à medida que o tempo passa. Esses três pontos são fundamentais para compreender a troca que ocorre na relação simbólica entre adultos e crianças/jovens na literatura infantil e juvenil.

Capacidade

Mas se o que entendemos por “poder” adulto é, de fato, em grande medida, uma manifestação de “autoridade”, então alguns dos outros significantes do nosso vasto conceito de “poder” poderiam ser redistribuídos para o lado da *criança/jovem* da literatura infantil e juvenil. Ao evitar o uso indiscriminado da palavra “poder”, somos capazes de especificar mais objetivamente quais das suas propriedades estamos alocando ao adulto ou à criança e ao jovem.

Da raiz latina de poder, a língua francesa deriva dois substantivos, usados com igual frequência - *le pouvoir* (que é também a forma infinitiva do verbo “poder”) e *la puissance*, um conceito interessante que se encontra na intersecção dos termos *poder* e *potencial*, e cujas traduções aceitáveis para o inglês poderiam ser “potência” ou “capacidade”. Convenientemente, ambos expressam muito bem a propriedade principal deste conceito; isto é, que é *uma forma de poder intrinsecamente ligada à “posse” de um futuro*. Como observa Reynolds: “Grande parte do potencial simbólico da infância e juventude na cultura deriva do fato de crianças e jovens terem a maior parte das suas escolhas diante de si: elas representam potencial” (2007, p. 2). Esta não é uma observação anedótica. Muito pode ser ganho extraíndo a “capacidade” do “poder”, especialmente quando a comparamos com a nossa compreensão anterior de “autoridade”. A autoridade, como Arendt explora repetidamente, “tem as suas raízes no passado” (1960, p. 122). É diretamente complementar, no latim original, com os *artífices*, os criadores e construtores do mundo (que, reconhecidamente, são percebidos no pensamento antigo como menos transformadores que os *autores*). Mas os criadores do mundo estendem-se para o futuro. Em outras palavras, a transformação verdadeiramente construtiva emerge da relação dinâmica entre *autores* e *artífices*. Gostaria de chamar de “capacidade” o atributo do grupo de pessoas que reconhecem a autoridade dos mais velhos e respondem a ela em conformidade, o que pode ser, em certos casos, de forma construtiva e transformadora. A observação astuta de Rudd de que “a literatura infantil e juvenil ocorre no espaço entre o construído e o construtivo” (2005, p. 23) enquadra-se confortavelmente nesta definição. As crianças ou jovens são *capazes* porque a sua forma específica de “poder” depende da existência de um futuro para elas no qual vão agir. São, conseqüentemente, diametralmente opostas à autoridade, embora estejam evoluindo em direção a ela. O que se perde em capacidade, ganha-se em autoridade. Isso ocorre porque a variável essencial é o tempo, e os valores que as sociedades nos ensinaram a ver como associados ao tempo – experiência e expertise, principalmente. Ser capaz é ter mais tempo vindouro; ser autoritário é ter mais tempo passado.

Essa distinção pode parecer ridiculamente óbvia, mas na verdade nunca é articulada no discurso crítico sobre a literatura infantil e juvenil, ou pelo menos não de uma forma que realmente destaque a importância da participação da criança/jovem no “poder” ubíquo. Não basta especular que o adulto na literatura infantil e juvenil está

vagamente apostando na futura aplicação dos seus conselhos pelas crianças e jovens. Em vez disso, o adulto está submetendo-se a uma forma específica de poder que pertence à criança e ao jovem: essa forma de poder é a capacidade, e a sua moeda é o tempo. Assim, juntamente com a autoridade do adulto dentro e fora da narrativa, emerge a capacidade da criança/jovem: o futuro potente e latente a ser preenchido com ação superior. Essa distinção está no cerne da minha compreensão da literatura infantil e juvenil “radical”, para a qual não pode haver justificativa racional se não se pensar, pelo menos até certo ponto, que a figura da criança dentro e fora do livro pode substituir as figuras adultas no escopo e na duração da ação transformadora. Tal literatura, eu argumentaria, nos obriga a contemplar que, no cerne dos textos infantis, existe uma deferência não doutrinadora e não manipulativa do adulto para com a criança e o jovem, abraçando as consequências futuras e incertas do discurso didático.

Dividir o conceito de poder na literatura infantil e juvenil em “autoridade” do lado do adulto e “capacidade” do lado da criança e do jovem permite um passo em direção a uma forma mais matizada de pensar sobre a dinâmica da troca simbólica entre crianças/jovens e adultos que os livros infantis encenam e que a crítica da literatura infantil e juvenil decodifica. Isto não quer dizer, é claro, que não possa haver muitos outros significados da palavra “poder” que se encontrem refletidos no discurso da literatura infantil e juvenil. Mas esses significados devem ser extraídos e explorados de forma semelhante.

IMPLICAÇÕES METACRÍTICAS: NOS OLHOS DE QUEM VÊ?

Se a aetonormatividade não implica necessariamente a presença de um adulto oculto todo-poderoso, o valor do conceito e desse paradigma teórico torna-se plena e frutiferamente explorável. E talvez uma das suas aplicações mais urgentes – dentro da metacrítica, e não da própria crítica – seja explorar a prontidão, no discurso da pesquisa de literatura infantil e juvenil contemporânea, para afirmar e reafirmar (embora lamentavelmente) o inevitável “poder” do adulto nesse meio. A tentação de concluir um estudo de um determinado texto ou tendência literária dizendo que, em última análise, reconfirma o “poder” dos adultos sobre as crianças ou jovens é muito alta – na verdade, é difícil ignorá-lo e ao mesmo tempo evitar a armadilha de uma leitura “ingênua”, “não

sofisticada” ou “não crítica”. Ver, por exemplo, o ataque de Nodelman (2008, p. 217) à afirmação de Sara Smedman de que um sentimento de “esperança” deveria ser um atributo necessário da literatura infantil e juvenil. Esse estado de coisas, a meu ver, pode revelar de forma interessante um viés aetonormativo *dentro da própria crítica da literatura infantil e juvenil*, com importantes implicações metacríticas. Energizada por uma mosca muito foucaultiana, a pesquisa em literatura infantil e juvenil está ansiosa para encontrar poder em todos os lugares. Mas a aparente falta de análise conceitual da palavra *poder* denuncia, sem dúvida, a automatização gradual desse reflexo crítico; e com ela, a normalização e a aceitação tácita, paradoxalmente, da inevitabilidade de um “poder” adulto indefinido.

Mais uma vez, isso não quer dizer (longe disso) que *nunca* seja justificável acusar o adulto na literatura infantil e juvenil de preconceito aetonormativo, inscrito dentro e além do texto na forma de algum tipo de relação desequilibrada de “poder”. Capturar e denunciar esse preconceito provavelmente contribuiu para impulsionar a literatura infantil e juvenil em direção ao valor estético, à sofisticação narrativa e à ambivalência moral superiores. Também não há dúvida de que os primeiros textos infantis e juvenis foram particularmente marcados por uma *forma específica* de poder adulto, na forma de um didatismo extremo, o qual justificou plenamente o esforço crítico de denúncia da aetonormatividade. Aqui, novamente, porém, desde os primeiros contos de advertência até a série “Nárnia” de C.S. Lewis (1950-1956), assimilar o didatismo ao “poder” adulto é um atalho conceitual intrigante. Despojar o didatismo das suas conotações histórica e socioculturalmente adquiridas revela uma definição mais neutra, que se refere simplesmente ao conteúdo educativo ou informativo, como ainda se reflete no termo mais respeitado: “autodidata”. Na verdade, indiscutivelmente, podem ter sido em grande parte as críticas – primeiro à literatura adulta, depois à literatura infantil e juvenil – que contribuíram para revestir o didatismo com as suas indesejáveis conotações de poder abusivo, nem sempre pausando para considerar de que tipo de poder estamos falando e onde residem suas limitações de definição.

Se o suposto “poder” do adulto sobre a criança/jovem nos preocupa tanto, também pode ser porque estamos involuntariamente presos em um desconforto muito específico da literatura infantil e juvenil com a “falácia intencional”. Enquanto os críticos da literatura “adulta” são capazes, confortavelmente, de descartar intenções autorais ao

abordar textos, a aceitação da morte do autor em meio tão didático como a literatura infantil e juvenil está se mostrando mais problemática. A análise das intenções autorais pode estar ultrapassada, mas é, como argumenta David Rudrum (2006, p. 125), uma forma mais antiga e mais instintiva de envolvimento com a literatura do que alguns modos “mais puros” de crítica literária e estética. Essa afirmação é provavelmente ainda mais verdadeira quando se trata de literatura infantil e juvenil, em que as preocupações sobre a natureza ética das obras – e o impacto implícito do adulto no público infantil e juvenil – têm sido há muito tempo inextricavelmente associadas à prática crítica (Hunt, 2005).

Ansiosos por descartar intenções autorais por causa da nossa herança da Nova Crítica, e ainda assim nos vendo compelidos repetidas vezes a retornar a elas por causa da natureza didática dos textos que estudamos, talvez recorramos a lamentar-nos do “poder” adulto abusivo para nos libertarmos desta tensão crítica. Denunciar o “poder” adulto, em outras palavras, pode ser uma forma deslocada de denunciar o poder *autoral* que gostaríamos de ver excluído de nossas análises. Se a criança ou jovem eternamente “abusado” da crítica da literatura infantil e juvenil centrada na aetonormatividade é um conceito tão sedutor, pode ser porque representa, em parte, o leitor “abusado”, o “mau” leitor, o leitor que é incapaz de se desligar da inculcação intencional de valores e crenças do autor (adulto). Mesmo na crítica literária “adulta”, os filósofos da literatura reconhecem logo que a morte do autor não exclui legados de intencionalidade por vezes complicados, que apenas um crítico descuidado poderia deixar de notar. Como Wayne Booth observa astutamente:

De todos os equívocos cometidos pelos inimigos da crítica ética, o mais absurdo é não reconhecer que uma grande proporção do que chamamos de obras literárias não é apenas implicitamente ética..., mas explicitamente concebida para suscitar respostas éticas (Booth, 2001, p. 23).

Afirmo que a literatura infantil e juvenil pertence firmemente a essa “grande proporção” de obras literárias, e sua dimensão explicitamente ética significa que não podemos ignorar completamente a intencionalidade. A atual definição paradigmática da literatura infantil e juvenil pelos críticos como uma forma semipedagógica e semiestética impõe uma dimensão teleológica não negligenciável a esse tipo de esforço e, da mesma forma, orienta a nossa prática crítica. Se afirmarmos que o livro infantil ou juvenil serve sistematicamente a um propósito educativo, então ignorar deliberadamente as intenções dos instigadores, quando disponíveis, transfere a responsabilidade por esse tipo de

educação da *pessoa* para o *texto*, negando, por assim dizer, o impulso didático da raiz desse meio.

E, ainda, o fato de que a literatura infantil e juvenil podem nos requerer a consideração das intenções autorais não precisa nem tornar os críticos tão ambivalentes sobre a intencionalidade, nem confundir essa consideração da intencionalidade com o “poder” autoral sistemático. Permitir que a intenção autoral nos fale sobre o livro infantil ou juvenil não precisa ser um movimento regressivo por parte do crítico de literatura infantil e juvenil e certamente não leva, automaticamente, a conceder um “poder” mais elevado ao autor adulto implícito, seja sobre o crítico, seja sobre o leitor. Entendidas como intenções-para e não como intenções-de – em outras palavras, intenções produtivas e criadoras de significado, em vez de intenções inflexíveis e redutoras de significado – podemos introduzir no conceito de intencionalidade um aspecto mais progressista. Ou seja, até que ponto é uma forma de o autor apelar à *capacidade* do leitor infantil ou juvenil, em vez de ser uma decisão de gravar na pedra sua palavra final sobre o texto.

Vale a pena interrogar até que ponto o nosso trabalho como críticos potencialmente modifica alguns conceitos essenciais do nosso discurso, a ponto de a sua multiplicidade se tornar invisível e opor-se a eles se tornar, literalmente, *impensável*. É também importante investigar se, quando isso acontece, há a oferta de uma oportunidade sedutora de se ver numa posição de alguma superioridade, ao mesmo tempo que, na verdade, lamentar esse fato. Eu diria que, dentro do razoável, foi isso que aconteceu com uma tendência particular da crítica da literatura infantil: absortos como estamos em um ciclo de auto reforço da afirmação do *poder* adulto, cultivamos um reflexo crítico que descarta outras posições como tendo a marca precisamente desses traços que reconhecemos como infantis: ingênuos, acrílicos, indulgentes. Ao fazê-lo, temos acrescentado peso ao argumento de que a literatura infantil e juvenil tem a ver apenas com o poder adulto. Postular um adulto oculto em um livro infantil ou juvenil, como faz Nodelman, é, portanto, uma afirmação dupla: principalmente, uma demonstração sofisticada de uma mente analítica, não enganada por truques literários; mas também, talvez, uma afirmação ambigualmente celebratória de que o adulto está sempre no controle. Denunciar o próprio “poder”, com efeito, “o” reforça. Não perguntar o que esse “poder” poderia realmente esconder é uma forma de evitar a constatação desagradável de que o conceito necessita de uma séria reconsideração.

CONCLUSÃO: NEGOCIANDO A VIRADA AETONORMATIVA

Enquanto o re-centramento do discurso crítico específico da literatura infantil e juvenil em torno do conceito de aetonormatividade permite uma lente teórica revigoradamente precisa para nossos esforços disciplinares, às vezes míopes, o uso da noção de “poder”, que a aetonormatividade inclui e incentiva, deveria ser utilizado com mais precisão, seus diversos aspectos redistribuídos para permitir caminhos de investigação mais variados e, conseqüentemente, conclusões mais variadas. Em vez de uma relação adulto-criança/jovem caracterizada apenas em termos de normatividade, e que qualifica um lado como opressor e o outro como vítima vulnerável, essa desconstrução do termo “poder” permite respostas e leituras mais matizadas. Pensar em termos de um equilíbrio entre estas duas forças, moduladas e complicadas pela aetonormatividade, deveria permitir-nos conceber a literatura infantil e juvenil em termos que sejam, ao mesmo tempo, mais sensíveis às muitas sutilezas do meio e mais capazes de problematizar a sua complexidade específica no âmbito da investigação literária como um todo. O estudo das produções culturais para crianças e jovens pode, portanto, ainda ser provido em termos da teoria do poder, ao mesmo tempo que mantem a sua singularidade. Ao postular que as crianças/jovens, simbólicos e reais, da literatura infantil e juvenil podem ter uma participação nesse “poder”, um sistema de pensamento crítico centrado na aetonormatividade abre nosso campo para a área mais ampla das humanidades, à medida que suas afirmações se tornam gradualmente mais relevantes para questões relativas à filosofia da infância e da literatura.

No famoso ensaio sobre as semelhanças entre Orientalismo e aetonormatividade (embora a palavra não tivesse sido cunhada na época), Nodelman conclui seu estudo sobre a “circularidade” da opressão na literatura infantil e juvenil declarando: “A ironia disso é tão óbvia quanto deprimente: se o nosso pensamento sobre as crianças e jovens é um ato de colonização, então estamos, de fato, colonizando a nós mesmos, estamos oprimindo a nós mesmos – embora indiretamente” (1992, p. 33). Concluirei meu ensaio propondo que a única maneira de sair desse círculo vicioso de “depressão” teórica é recorrer ao conceito de aetonormatividade, mas sem ser dominado por ele, para reconceitualizar aqueles

grandes palavras usados com frequência: opressão, colonização, manipulação, repressão e, sobretudo, poder.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Between past and future: six exercises in political thought*. London: Faber & Faber, 1960.

BOOTH, Wayne Clayson. Why ethical criticism can never be simple. In: DAVIS, Todd; WOMACK, Kenneth. (Orgs.). *Mapping the Ethical Turn: a reader in ethics, culture, and literary theory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 2001, p. 16–29.

HOLLINDALE, Peter. *Ideology and the children's book*. Stroud: Thimble Press, 1988.

HUNT, Peter. *Criticism, theory, & children's literature*. Oxford: Blackwell, 1991.

HUNT, Peter. Introduction. In: HUNT, Peter. (Org.). *Literature for children: Contemporary criticism*. London: Routledge, 1992, p. 1–17.

HUNT, Peter. Introduction: the expanding world of children's literature studies. In: HUNT, Peter. (Org.). *Understanding children's literature*. London: Routledge, 2005, p. 1–14.

KNOWLES, Murray.; MALMKJÆR, Kirsten. *Language and control in children's literature*. London: Routledge, 1996.

LESNIK-OBERSTEIN, Karin. *Children's literature: criticism and the fictional child*. Oxford: Clarendon, 1994.

MCGILLIS, Roderick. *The Nimble reader: literary theory and children's literature*. New York: Twayne, 1996.

MICKENBERG, Julia; NEL, Philip. (Orgs.) *Tales for little rebels: a collection of radical children's literature*. New York: New York University Press, 2008.

NIKOLAJEVA, Maria. *Power, voice and subjectivity in literature for young readers*. London: Routledge, 2010.

NODELMAN, Perry. The other: orientalism, colonialism, and children's literature. *Children's Literature Association Quarterly*, Vol.17, Nº 1), p. 29–35, 1992.

NODELMAN, Perry. Humane ideology. *Children's Literature*, Vol. 22, p. 173–178, 1994.

NODELMAN, Perry. *The hidden adult: defining children’s literature*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

PINSENT, Pat. *The power of the page*. London: David Fulton, 1993.

REYNOLDS, Kimberley. *Radical children’s literature: future visions and aesthetic transformations in juvenile fiction*. Basingstoke: Macmillan, 2007.

ROSE, Jacqueline. *The case of Peter Pan, or the impossibility of children’s fiction*. Basingstoke: Macmillan, 1984.

RUDD, David. Theorising and theories: how does children’s literature exist? In: HUNT, Peter. (Org.). *Understanding children’s literature*. Basingstoke: Routledge, 2005, p. 15–29.

RUDRUM, David. Introduction—Literature and philosophy: the contemporary interface. In: RUDRUM, David. (Org.). *Literature and philosophy: a guide to contemporary debates*. Basingstoke: Macmillan, 2006, p. 1–8.

SARLAND, Charles. Critical tradition and ideological positioning. In: HUNT, Peter. (Org.). *Understanding children’s literature*. Basingstoke: Routledge, 2005, p. 30–49.

SHAVIT, Zohar. *Poetics of children’s literature*. Athens and London: University of Georgia Press, 1986.

STEPHENS, John. (1992) *Language and ideology in children’s fiction*. London: Pearson, 1992.

SUTHERLAND, Robert David. Hidden persuaders: political ideologies in literature for children. *Children’s Literature in Education*, Vol. 16, Nº, p. 143–157, 1985.

TATAR, Maria. *Enchanted hunters: the power of stories in childhood*. New York: WW Norton, 2009.

TRITES, Roberta Seelinger. *Disturbing the universe: power and repression in adolescent literature*. Iowa City: University of Iowa Press, 2000.

VALLONE, Lynne. Ideas of difference in children’s literature. In: GRENBY, Matthew Orville; IMMEL, Andrea. (Orgs.). *The Cambridge companion to children’s literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 174–189.

WEBER, Max. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. In: ROTH, Guenther; WITTICH, Claus. (Orgs.). Tradução de Eugene Fischhoff *et al.* Vol. 1. New York: Bedminster Press, 1968.

ZIPES, Jack. *Sticks and stones: the troublesome success of children’s literature from Slovenly Peter to Harry Potter*. Basingstoke: Routledge, 2001.

ZORNADO, Joseph. *Inventing the child: culture, ideology, and the story of childhood*. New York: Taylor and Francis, 2001.

Recebido em: 02/11/2024

Aceito em: 16/12/2024

Clémentine Beauvais: É Professora Assistente da área de Educação na Universidade de York, com interesse nos usos da teoria política no entendimento da literatura infantil e juvenil politicamente engajada. É também autora de livros de literatura infantil e juvenil publicados na França e no Reino Unido.

Célia Maria Guimarães: Atualmente é Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu interesse de pesquisa é a leitura de imagens em geral e de narrativas visuais em livros ilustrados traduzidos ou não traduzidos, além da tradução da literatura infantil e juvenil.